



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSERVAÇÃO DE ARTEFATOS

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PELOTAS:
Uma Abordagem em Sala de Aula

Mirela Regina Caruccio Santos

Pelotas, 2005

MIRELA REGINA CARUCCIO SANTOS

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PELOTAS:
Uma Abordagem em Sala de Aula**

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof^a. Ms. Luciana E. Leitão

Pelotas, 2005

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^a. Mestre Luciana Leitão pelo estímulo, carinho e dedicação.

À professora Carmen Lúcia Biasoli pelo auxílio e disponibilidade e contribuição com seus conhecimentos na etapa final do trabalho.

À colega Rosselane Alves por todas as vezes que me auxiliou na revisão dos textos que escrevia.

Ao meu cunhado Beto Santos que sempre se mostrou disponível e exigente colaborando para o enriquecimento desta monografia.

À Irmã Anita Pastore, diretora da escola onde atuo como professora, pelo incentivo na realização desta especialização, estimulando o meu crescimento profissional.

À equipe de informática do Colégio São José, Adê Terezinha de Figueiredo Martins, Fernando da Rosa Martins e Matheus Silveira Pereira pelos serviços prestados na área da computação.

Em especial, ao meu marido Paulo Santos que, sempre esteve ao meu lado, inclusive assumindo as tarefas domésticas para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. SOBRE EDUCAÇÃO: VIVÊNCIA E BREVE HISTÓRICO.....	8
2. PATRIMÔNIO CULTURAL.....	20
2.1 Patrimônio cultural no Brasil.....	21
2.2 O tombamento de bens culturais	22
2.2.1 Os efeitos do tombamento	23
2.3 A conservação dos bens culturais.....	23
2.4 Educação Patrimonial.....	24
3. RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA	30
CONCLUSÃO.....	42
4. BIBLIOGRAFIA.....	45
GLOSSÁRIO.....	49
ANEXOS:	
Anexo 1	51
Anexo 2	58

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia intitulada *Patrimônio Histórico de Pelotas: uma abordagem em sala de aula* é resultante do trabalho realizado como pré-requisito final para conclusão do curso de Pós-Graduação em Artes, Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos, do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas.

A pesquisa utilizou a metodologia qualitativa em todas as suas etapas, desde a revisão bibliográfica até a análise dos dados. Inicialmente desenvolveu-se através da reflexão sobre uma prática em educação patrimonial e da revisão da história da educação nos períodos compreendidos entre os séculos XIX e XX com suas características, o contexto social e as teorias educacionais utilizadas. A partir destes estudos, foi planejada uma proposta de ação com uma população alvo. Esta proposta foi executada e, finalmente, após avaliação do processo, foi elaborada uma conclusão.

A proposta de ação foi desenvolvida com alunos de 3ª série do ensino fundamental do Colégio São José, composta de 28 alunos formados em 14 duplas, na faixa etária entre 8 e 9 anos, pesquisando a Praça Coronel Pedro Osório e 12 prédios no seu entorno. A proposta de ação consistia em atividades de pesquisa, entrevistas, observações, consultas em acervos fotográficos, na internet, pesquisas bibliográficas, textos coletivos, exposição oral para apresentação e discussão dos trabalhos, registros através de fotografias para montagem de um álbum e painel de fotos e visitas nos locais relevantes ao trabalho.

O trabalho apresenta uma proposta metodológica que busca apontar a possibilidade de estabelecer relações entre a riqueza do patrimônio histórico

arquitetônico de Pelotas e um trabalho na área da educação, orientado pela necessidade de contribuir para a prática e a teoria em educação patrimonial. Neste sentido, o trabalho está inserido no contexto da conservação e valorização do patrimônio no presente e também para as gerações futuras, tanto no aspecto histórico, artístico e cultural, assim como no âmbito econômico e turístico da cidade.

No primeiro capítulo apresentamos questionamentos sobre a prática pedagógica na atualidade e um breve histórico sobre educação. Este breve histórico focaliza especialmente a década de sessenta, onde surgiram diversas teorias educacionais preocupadas em ter o *aluno como centro* do processo ensino-aprendizagem. Uma educação voltada para os interesses do educando, respeitando suas etapas no desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo, valorizando sua cultura, sua linguagem e os costumes do meio social onde estão inseridos. Teorias estas foram desenvolvidas através dos *métodos ativos* onde o aluno aprende fazendo, assimilando de forma mais rápida e eficaz ,a aprendizagem, participando ativamente em experimentos, pesquisas e observações.

Nesse capítulo, também foram destacados alguns pensadores da área de Educação, que contribuem com o pensamento educacional até nossos dias, com o objetivo de buscar um embasamento teórico para o professor. Dentre esses teóricos foram selecionados: Jean Piaget, Lev Vygotsky e Paulo Freire.

No segundo capítulo discorreremos sobre a definição e o conceito de Patrimônio Cultural e suas classificações, os conceitos de conservação e tombamento dos bens culturais, seus efeitos e conservação.

O papel da Educação Patrimonial na sociedade brasileira também está presente no segundo capítulo. Iniciamos por sua inclusão no meio educacional embasados na Constituição Brasileira que, na sua origem refere-se à preservação do meio

ambiente abrindo brechas para uma discussão relativa à conservação do patrimônio histórico. Foi demonstrado também, que esse sentimento voltado somente para preservação ambiental modificou-se através dos tempos, pois surgiram muitas discussões sobre a necessidade de preservar o passado, valorizando o patrimônio histórico como forma de se constituir uma identidade nacional. Portanto o presente trabalho se insere no processo de escolarização, na medida em que se pensou, primeiramente, alertar para a preservação do meio ambiente – Patrimônio Natural – resultando, num segundo momento, numa preocupação em conhecer e conservar o patrimônio histórico arquitetônico – Patrimônio Cultural.

No terceiro capítulo apresentamos o relato da experiência desenvolvida a partir da proposta de ação, com o “Passeio pelo centro de Pelotas: Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno” onde foi concretizada a fonte principal da pesquisa. Tendo em vista a necessidade de levar o educando a valorizar aquilo que faz parte de seu cotidiano, decorrente da circulação pelo centro da cidade, local onde se encontram a maioria dos nossos prédios históricos. Entendemos que seria de vital importância que o aluno se conscientizasse de que esses prédios fazem parte não só da cidade como da sua história, por isso devem ser conservados e admirados pela população.

Finalmente, na conclusão apresentamos nossas reflexões sobre a validade de um trabalho em educação patrimonial e as contribuições deste para a prática pedagógica no cotidiano escolar.

2 SOBRE EDUCAÇÃO: VIVÊNCIA E BREVE HISTÓRICO

Ao pensarmos em educação sempre nos vem em mente os problemas que ela apresenta o contexto social e político em que vivemos e a sua função na sociedade.

Como professora, vivendo as dificuldades e questionamentos que a educação sofre, atualmente, surgiu à necessidade de buscar uma proposta metodológica que fosse adequada aos meus alunos e que servisse de estímulo para a aprendizagem deles, onde a valorização e a preservação da cultura local faça parte do processo educativo.

Se existe uma crise da educação nos países desenvolvidos, a situação se configura bem mais grave no bloco dos países do terceiro mundo. Afinal, educação e desenvolvimento não são processos independentes.

Devido ao processo de colonização, a cultura autóctone é suplantada pelo “transplante” da cultura da metrópole, além de que todo povo submetido tende a imitar os modelos da cultura considerada “superior”, anulando e desvalorizando as suas experiências, seus conhecimentos, sua cultura local. Isso faz com que cada vez mais as pessoas se sintam excluídas do seu meio, pois conhecem cada vez menos aquilo que a elas pertence.

A educação sofre então, diversos impasses. A taxa de analfabetismo geralmente é alta nos países em desenvolvimento, e a burocracia e a legislação arcaica impedem a mudança desse quadro. Além disso, a importação de modelos inadequados cria discrepâncias entre os valores que se querem atingir e as condições reais. A dependência cultural impede o desenvolvimento da crítica e dificulta a pesquisa, de modo que a escola permanece como um local de transmissão e não de produção do saber.

As novas concepções de educação procuram introduzir idéias e metodologias contemporâneas que tornem o processo educativo mais eficiente e mais realizador para o ser humano. Nesse trabalho pretende-se selecionar algumas propostas fundamentais de educadores que, definiram um marco na educação contemporânea, atualizando-os para as novas necessidades da educação.

No movimento contemporâneo, segundo Nelson e Claudino Piletti (1990), a escola viu-se colocada também como centro de um vasto movimento de idéias e de propostas de reforma, visando torná-la mais adequada aos novos tempos e às novas realidades. Entretanto, apesar de todas as idéias e propostas que surgiram, parece que a escola, em linhas gerais, resiste a transformar-se e mantém-se, em muitos aspectos, parecida com a escola tradicional: uma sala de aula com carteiras enfileiradas, lousa, giz e um professor tentando de todas as maneiras repassar algum conhecimento. Os avanços tecnológicos do início do século XVI, com o livro impresso, parecem ser uma das poucas inovações que chegaram à escola. Mas, mesmo estas inovações, não garantem a mudança de postura do professor.

Esta falta de mudança não é por carência de idéias e de propostas inovadoras. A partir do século XIX, e principalmente no século XX as novas concepções sobre educação, as revisões e atualizações nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem e a inclusão de novas tecnologias foram freqüentes. Se estas idéias não conseguiram produzir grandes mudanças em relação aos instrumentos e recursos usados para o ensino, parece que abriram no campo da educação escolar um novo caminho, que devagar, mas firmemente foi se impondo.

Neste trabalho optamos pela revisão e atualização de teorias fundamentais da educação como as de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire.

Revisando a história da educação localizamos no período de final do século XIX e início do século XX uma ruptura nas tendências da educação, especialmente com o movimento da escola nova, na qual o aluno passou a ser visto como o centro e o sujeito do processo educativo. Nesta postura os métodos ativos de aprendizagem passaram a ser cada vez mais considerados como os mais adequados para a eficiência do processo educativo.

Segundo a concepção centrada no aluno, este só aprende na medida em que aquilo que é ensinado é significativo para ele, ou seja, é compreendido como capaz de satisfazer suas necessidades. Dessa forma, passou-se a entender que todos os programas de ensino devem considerar as necessidades dos alunos no contexto do mundo em que vivem, como ponto de partida para que sejam alcançados os objetivos educacionais mais pertinentes.

A utilização dos denominados “métodos ativos”, considera que o aluno aprende de forma mais rápida e eficaz quando aprende fazendo. Por isso, muitos educadores propuseram a transformação dos métodos passivos, tradicionalmente empregados na escola. O aluno deveria deixar de ser um simples ouvinte passivo que, na prova, se limitaria a repetir o que o professor transmitiu durante as aulas. Muito mais do que isso, o aluno deveria ter uma participação ativa, fazer experimentos, pesquisas, procurar ele próprio as respostas para os problemas escolares, que seriam ligados à sua vida cotidiana, construir ele próprio o conhecimento. O professor atuaria como um auxiliar, um provocador e, não um mero transmissor de conhecimentos prontos.

A consideração do aluno como centro e sujeito da própria educação e a ênfase aos métodos ativos evidenciam-se como os dois aspectos comuns das propostas de educação apresentadas entre os educadores que fizeram parte do movimento da escola nova.

Atualizando as propostas da escola nova, surgiram novas teorias pedagógicas ao longo da história que reforçaram a concepção de aluno como agente de sua própria aprendizagem. Hoje encontramos sintonia destes dois aspectos com os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional no Brasil.

As novas exigências da educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9394/96 – implicam que, além de um novo currículo, se apresente uma nova maneira de pensar, elaborar e fazer currículo, com modalidades participativas trabalhando com todos os elementos do processo ensino-aprendizagem.

Além desta postura em sala de aula, o professor necessita colocar-se no centro da proposta como protagonista da ação de mudança, ao invés de um simples manipulador de textos e manuais.

Em vista disso não devemos eleger apenas um teórico, pois conhecer vários estudiosos da educação sempre será mais adequado para refletir sobre nossa prática e de como acontece à aprendizagem de nossos alunos. O professor deve atuar com profissionalismo, não só dominar os conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas, também compreender as questões envolvidas e seu trabalho, sua identificação e autonomia para tomar decisões.

Segundo Maria Tereza Perez Soares, uma das coordenadoras gerais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN - 1997) de 1ª a 8ª série: “Todos partem do princípio de que é preciso compreender a ação do sujeito no processo de aquisição do conhecimento” (Soares apud Pellegrini, 2001, p.19). “Conhecer os estudiosos da educação e o processo de aprendizagem dos alunos sempre ajuda o professor a refletir sobre sua prática e compreender as políticas públicas” (Soares apud Pellegrini, 2001, p.19), complementa Maria Tereza.

Nesse sentido muitas atitudes, que parecem apenas bom senso na prática educativa dos professores, foram ao longo dos anos objeto de estudo de autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Paulo Freire. O estudo de cada um desses teóricos evidenciam que, mesmo partindo de pólos diferenciados, em alguns aspectos eles coincidem, em outros divergem e, no que consideramos importante para nosso trabalho, em muitos se complementam.

Para evidenciar esses aspectos apresentamos a seguir uma breve revisão destes teóricos em educação, destacando como significativos para a abordagem desta pesquisa: Piaget, Vygotsky e Paulo Freire.

Segundo Jean Piaget (1896-1980), na obra *O Nascimento da Inteligência da Criança* (1975), os estágios pelos quais a criança passa no processo de desenvolvimento mental são: sensório-motor, intuitivo, das operações concretas e das abstratas. Estes estágios representam o percurso do desenvolvimento mental desde o nascimento até a adolescência. Segundo Piaget a *inteligência* evolui da simples motricidade do bebê até o pensamento abstrato do adolescente; a *afetividade* parte do egocentrismo infantil até atingir a reciprocidade e cooperação, típicas da vida adulta; a *consciência moral* resulta de uma evolução que parte a anomia (ausência de leis), passa pela heteronomia (aceitação da norma externa) até atingir a autonomia ou capacidade de autodeterminação que indica a superação da moral infantil.

Segundo Pellegrini (2001), a contribuição de Piaget para pedagogia tem sido, até hoje, inegável, sobretudo devido às indicações quanto a época adequada pra serem ensinados determinados conteúdos às crianças, sem desrespeitar seu desenvolvimento mental, ou seja, de acordo com seu estágio intelectual e afetivo. Segundo Piaget “o sujeito humano estabelece desde o nascimento uma relação de

interação com o meio”, “é a relação da criança com o meio físico e social que promove seu desenvolvimento cognitivo” (Pellegrini, 2001, p.24).

Para Piaget (1975) a nova concepção do sujeito vai produzir mudanças profundas e realizações do processo de ensino-aprendizagem, já que o sujeito se transforma no protagonista do mesmo, diante da primazia tradicional dos conteúdos. O processo educativo se planifica e se realiza a partir do próprio sujeito; é por isso que se efetuam tentativas de adaptar, coordenar os programas e conteúdos curriculares às características dos sujeitos. No entanto, cabe destacar que a imagem do sujeito que nos apresenta Piaget se caracteriza por ser a imagem de um “pequeno cientista”, que constrói seu próprio conhecimento da realidade solitariamente, ainda que dentro dos contextos de interação tornando óbvio o papel do significado cultural que o conhecimento da realidade apresenta em um determinado contexto social.

O conhecimento “objetivo” que o sujeito vai construindo a respeito da realidade não consiste em uma cópia passiva da realidade externa, mas se origina e desenvolve na interação entre o sujeito e os objetos. Portanto, a comparação do conhecimento é realizada a partir da atividade; conhecer é na realidade fazer, e o que define a atividade do sujeito é a maneira em que organiza suas ações, seu mundo experiencial e suas estruturas de conhecimento são o resultado dessa organização.

Desta maneira, não somente se trata da consideração central do aluno no que se refere ao estudo e conhecimento de suas características psicológicas, mas na consideração do aluno como um elemento ativo e não como um mero receptor passivo no processo ensino aprendizagem.

O modelo docente que se deriva da concepção piagetiana fica definido como um facilitador da aprendizagem; conhecer-se é fazer, e o professor deverá planificar e

potenciar as condições da atividade dos alunos. Trata-se de um modelo de profissional da educação que renuncia ao papel de quem “sabe” para assumir outro mais complexo e valioso: o papel de quem “faz crescer”, desequilíbrios e reequilibrações, através das quais o sujeito vai ganhando níveis mais altos de competência cognitiva.

Em relação às modalidades didáticas coerentes com a proposta piagetiana, deve-se destacar aquelas que facilitam a atividade dos alunos. Trata-se de modalidades didáticas com a virtude de incitar os sujeitos à ação e de oferecer oportunidade para que eles transformem e construam seu próprio conhecimento sobre a realidade. A sala de aula deve ser um espaço dinâmico de interação, seja intersubjetiva como intra-subjetiva, que necessita da diversificação de meios, entre os quais os textos ou os livros representam mais um dos múltiplos recursos que podem ser utilizados.

As teorias de Piaget contribuíram significativamente para esta pesquisa no momento em que ele destaca em sua teoria o respeito aos estágios de desenvolvimento mental da criança, quanto a época adequada que devem ser ensinados determinados conteúdos, respeitando o desenvolvimento intelectual e afetivo, a relação com o meio físico e social, a relação do sujeito com o objeto (valorização da cultura) e a importância do papel do professor como àquele que “faz crescer”, que estimula, que torna a sua sala de aula um espaço prazeroso na construção da aprendizagem.

Outro autor significativo para a nossa proposta é Lev Vygotsky (1896-1934). A obra de Vygotsky se situa na época soviética pós-revolucionária, isto indica que toda sua linha de pensamento e de pesquisa estará integrada dentro de uma área de influência política e social na qual a ideologia dominante é o marxismo.

Para Vygotsky (1993) o indivíduo não nasce pronto nem é cópia do ambiente externo. Em sua evolução intelectual há uma interação constante e ininterrupta entre processos internos e influências do mundo social. Por defender essa idéia, o psicólogo Lev Vygotsky é considerado um visionário na educação. Ele se contrapôs ao pensamento inatista, segundo o qual as pessoas já nascem com suas características, como inteligência e estados emocionais pré-determinados. Da mesma forma enfrentou o empirismo corrente, o qual defende que as pessoas nascem como um recipiente vazio e são formadas de acordo com as experiências às quais são submetidas.

Para que haja aprendizado, as informações têm de ter sentido, e este sentido acontece quando as mesmas incidem no que o autor chamou de zona de desenvolvimento proximal. A zona de desenvolvimento proximal consiste na distância entre aquilo que a criança sabe fazer sozinha (o desenvolvimento real) e o que é capaz de realizar com ajuda de alguém mais experiente (o desenvolvimento potencial). Dessa forma, o que é zona de desenvolvimento proximal hoje tornar-se-á nível de desenvolvimento real amanhã.

O ensino mais adequado, portanto significativo, é o que incide na zona proximal. "Ensinar o que a criança já sabe é pouco desafiador e ir além do que ela pode aprender é ineficaz. O ideal é partir do que ela domina para ampliar seu conhecimento" (Pellegrini, 2001, p.25).

O estudo da teoria de Vygotsky torna-se pertinente para esta pesquisa, especialmente em virtude da importância que ele atribui ao desenvolvimento interno e social do sujeito, considerando que existe uma interação constante entre o meio e o sujeito. O conteúdo a ser apresentado deverá ter sentido e ser desafiador, pois dessa forma a criança irá além na busca do seu conhecimento.

Destacamos também o autor Paulo Freire (1921-1997) para nossas reflexões. As idéias do conhecimento de Paulo Freire surgiram num contexto específico: o Nordeste Brasileiro. No início da década de 1960, a metade de seus 30 milhões de habitantes eram analfabetos. Era preciso “dar-lhes a palavra” para a participação de um Brasil dono de seu próprio destino.

Ainda que se questione poder-se-ia falar em “método” Paulo Freire (1996), pois se trata muito mais de uma teoria do conhecimento e de uma filosofia da educação do que um método de ensino, mesmo assim, Paulo Freire ficou conhecido pelo método de alfabetização que leva seu nome.

“A base da teoria do conhecimento de Paulo Freire, reside nos conteúdos para conscientizar” diz Linda Bimbi no prefácio à edição italiana da Pedagogia do Oprimido (Gadotti, 1989, 32). A conscientização nasce em um determinado *contexto pedagógico* onde se aprende uma nova visão de mundo, a qual comporta uma crítica da situação presente e a busca de superação. Os caminhos desta conscientização não são impostos, são deixados à capacidade criadora da consciência “livre”, pois não se conscientiza um indivíduo isolado, mas sim uma comunidade, quando ela é totalmente solidária. Portanto a raiz do método de Paulo Freire, que é a educação concebida como um momento do processo global de transformação de uma sociedade sugere a criação de atos pedagógicos *humanizantes*, e não *humanísticos* que se incorporam numa pedagogia da revolução. Com isso, Linda Bimbi procura mostrar a estreita ligação existente entre o método Paulo Freire e o momento de transformação social. O que equivale dizer que o método Paulo Freire é comprometido com uma mudança total da sociedade (Gadotte, 1989, 33).

Segundo Paulo Freire o seu método não tinha uma programação feita “a priori”. A programação partia de uma consulta aos grupos, quer dizer, os temas a serem debatidos nos “círculos de cultura”, eram estabelecidas pelo próprio grupo. Aos educadores cabia tratar com o grupo a temática proposta, podendo também acrescentar à temática sugerida, assuntos que se inseriam como fundamentais no corpo inteiro da temática. O mais importante consistia em não deixar de valorizar o saber popular, pois ele existe e se gera na prática social de que o povo participa, mas às vezes o que falta é uma compreensão mais solidária dos temas que compõem o conjunto desse saber.

Os resultados positivos que Paulo Freire obteve nesse trabalho, enquanto desejo de aprofundamento por parte dos grupos populares, engajamento, compreensão e leitura crítica, levou-o a questionar-se: “Se é possível, alcançar esse nível de discussão em grupos populares, independente de serem ou não alfabetizados, por que não fazer o mesmo numa experiência de alfabetização?” (Gadotti, 1989, p.33)

Essa intuição fez Paulo Freire descobrir que a forma de trabalho, o *processo* do ato de aprender era determinante em relação ao próprio conteúdo da aprendizagem. Não era possível, por exemplo, aprender a ser democrata com métodos autoritários.

A participação do sujeito da aprendizagem no processo de construção do conhecimento não é apenas algo mais democrático, mas demonstrou ser também mais eficaz. Ao contrário da concepção mais tradicional da escola, que se apoiava em métodos centrados na autoridade do professor, Paulo Freire comprovou que os métodos novos, em que alunos e professores aprendem juntos, são mais eficientes.

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire (1996) pelo mundo, o resultado de seu trabalho sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas, aos poucos descobre com orgulho

que também é um “fazedor de cultura”, e mais ainda que sua condição de inferiorizado não se deve a uma pretensa incompetência sua, mas é o resultado de lhe ter sido roubada a humanidade. Percebendo-se como sujeito da história, deve tomar a palavra daqueles que detêm seu monopólio. Alfabetizar em última instância consiste em ensinar o uso da palavra.

Com o método Paulo Freire foi superada a dicotomia teoria e prática, pois o homem descobre no processo, que sua prática supõe um saber e que conhecer é, de certa forma, interferir na realidade conhecida. A palavra tem, portanto, duas dimensões:

Ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte uma delas, se resente, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo. (ARANHA, 1989, p.273).

A contribuição de Paulo Freire foi inegável não apenas para educação de adultos: os fundamentos de sua pedagogia permitiram uma aplicação desses conceitos em amplitude maior, ou seja, na própria concepção da educação, do seu caráter político, tornando-a acessível a todos e como um espaço de discussão e problematização, visando a transformação da realidade.

A teoria de Paulo Freire (1996) interessa em especial para este trabalho, no sentido de priorizar em seu conteúdo a conscientização e o contexto social, valorizando a cultura numa leitura crítica do meio social onde o indivíduo percebe-se sujeito de sua história e não um mero espectador. Descobrimo-nos um “fazedor de cultura”, tendo orgulho de ser um transformador da realidade.

Revisando a teoria de Paulo Freire, encontramos idéias semelhantes atualizadas na “prática pedagógica reflexiva”. Segundo Biasoli (1999):

Na prática pedagógica reflexiva, há preocupação em criar e produzir uma mudança que faça surgir uma nova realidade material e humana *qualitativamente* diferente. Eis aí o desafio de pensar a arte e seu ensino, na complexidade contemporânea, com uma outra concepção de prática pedagógica que não a que estamos acostumados a pensar. (Biasoli, 1999, 204).

Neste sentido, procuramos estabelecer na nossa prática pedagógica, uma ação recíproca com os alunos e com a realidade circundante.

Para isso selecionamos da “realidade circundante” a Praça Coronel Pedro Osório propondo uma atividade reflexiva, em sala de aula, a partir da visitação, pesquisa, elaboração e reelaboração do conhecimento dos alunos, sobre o tema do Patrimônio Cultural e Histórico da cidade de Pelotas.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL

Atualmente a mídia tem dado ênfase a um tema até hoje de pouco interesse para a população em geral: as construções antigas e os pertences representativos de gerações passadas. Este conjunto de artefatos recebe o nome de “Patrimônio Histórico”. Na verdade, essa expressão, abrange somente um segmento de um acervo maior, que é o chamado Patrimônio Cultural de uma nação ou de um povo.

Existe um elenco de bens denominados “culturais”, mas foi Hugues de Varine-Boham quem colocou a problemática do Patrimônio Cultural de forma bastante abrangente. Sugere o professor francês que o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos.

Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. Nessa categoria estão às águas, a vegetação, animais, paisagem, usos e costumes de uma região, etc.

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. Vai desde a perícia no rastejamento de uma caça esquiva na floresta escura até os mais altos conhecimentos tecnológicos apoiados nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem.

O terceiro grupo reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente do saber fazer.

Pelo que foi visto até então, o Patrimônio Cultural de uma sociedade ou de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentemente

alterações, e nunca houve ao longo de toda história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse. Cremos que sempre se colecionou coisas “importantes”, como jóias, dinheiro, objetos valiosos, obras de arte. Essa guarda de bens em geral nunca se ateve, porém, à preocupação de registrar estágios culturais já ultrapassados de toda humanidade.

3.1 Patrimônio cultural no Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o "patrimônio cultural brasileiro".

Dispõe ainda que esse patrimônio seja constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como sejam:

- as formas de expressão;
- os modos de criar, fazer, viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esses bens materiais e imateriais que formam o patrimônio cultural brasileiro são, portanto, os modos específicos de criar e fazer (as descobertas e os processos genuínos na ciência, nas artes e na tecnologia); as construções referenciais e

exemplares da tradição brasileira, incluindo bens imóveis (igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos) e bens móveis (obras de arte ou artesanato); as criações imateriais como a literatura e a música; as expressões e os modos de viver, como a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora.

Ao se preservar na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação. Nesse sentido, Patrimônio, etimologicamente, significa "herança paterna"- na verdade, a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, e que se vai transmitindo de geração a geração.

3.2 O tombamento de bens culturais

Tombar alguma coisa de acordo com normas legais, equivale a registrar, com o objetivo de proteger, controlar, guardar. Tombamento, também chamado tomo, provavelmente originado do latim *tomex*, significa inventário, arrolamento, registro. O tombamento de bens culturais, visando a sua preservação e restauração, é de interesse do estado e da sociedade.

A Constituição do Brasil determina a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Para estabelecer as normas práticas necessárias a essa proteção, existe uma legislação ordinária federal, cujo embasamento é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

A figura jurídica do tombamento de bens culturais existe não apenas nos âmbitos do país e dos estados, mas pode vigorar também na esfera municipal, desde que o município disponha da legislação competente. A instituição do tombamento pode

referir-se a todo o país, ao estado ou a um município, conforme o bem a ser tombado tenha valor referenciado a toda a nação (as grandes obras da arte barroca brasileira), ou somente a determinado estado (obras de importância histórica como a Casa da Banha – situada na praça Coronel Pedro Osório), ou para determinado município (a catedral de São Francisco de Paula – situada na praça José Bonifácio).

3.2.1 Os efeitos do tombamento

Como se verifica a leitura das legislações de tombamento, essa modalidade jurídica de preservação não altera a propriedade do bem tombado. Este não deixa de pertencer a seu proprietário, que pode continuar a exercer sobre ele o domínio e a posse, utilizando-o diretamente, vendendo, alugando, etc... Entretanto, desde que o objetivo do tombamento é dignificar o bem tombado, garantindo sua permanência sempre que possível de forma original e autêntica, ele não pode ser destruído ou descaracterizado. As obras e serviços somente são admitidas quando visam a restauração ou conservação, e tais intervenções, devendo ser previamente aprovadas pela lei federal, estadual ou municipal, cabendo a cada órgão responsável providenciar a sua aplicação a cada caso.

3.3 A conservação dos bens culturais

Sendo o patrimônio cultural parte da herança comum da nação, a sua conservação é de interesse geral, tanto do poder público como dos proprietários e de toda a comunidade. Entretanto, a legislação indica que o Proprietário de um bem tombado é o primeiro responsável por sua integridade, cabendo-lhe, "se não

dispuser de recursos para sua conservação e reparação”, comunicar a necessidade das obras à Secretaria de Cultura, que providenciará a devida execução.

O patrimônio cultural de uma nação, que compreende o artístico, estético, histórico, turístico e arqueológico é importantíssimo para a sua própria sobrevivência, de forma que deve ser protegido por seus cidadãos, os quais têm a obrigação de conhecê-lo, bem como saber como protegê-lo.

Somente com ações concretas de proteção conseguiremos barrar os atos de vandalismo e depredação de aspectos de nossa cultura, de forma que é fundamental que cada um de nós tenha ciência da importância de nosso patrimônio cultural e de como protegê-lo, conhecendo os mecanismos administrativos e legais a serem utilizados para este fim.

Uma nação que não conhece, não preserva e não valoriza seu patrimônio cultural é uma nação sem “alma e sem sentido”, que fatalmente estará fadada a se extinguir.

3.4 Educação Patrimonial

Nos últimos anos, em face da consciência da preservação do meio ambiente em todo o planeta como condição indispensável para a garantia de sobrevivência humana e dos demais seres vivos, tornou-se consenso entre os educadores a necessidade da inclusão da temática ambiental na escola. A Constituição brasileira estabelece, no capítulo referente ao meio ambiente, que compete ao poder público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a sua preservação (art. 225, VI). Neste sentido no contexto do ordenamento jurídico, o ensino brasileiro já dispõe de um dispositivo legal específico

sobre o assunto: a Lei nº 9795, de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”.

Embora a lei aponte para a concepção de meio ambiente em sua totalidade, a grande maioria dos programas de educação ambiental tem sido omissa no tocante à sua dimensão socioeconômica e cultural, na qual se inclui, necessariamente, a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico.

Nos idos da década de 20, quando se iniciou a discussão sobre a necessidade de preservação de nosso passado, no contexto do movimento modernista, Mário de Andrade defendia o valor do nosso patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. Somente o conhecimento da cultura em suas dimensões múltiplas daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações, e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente com o processo de escolarização. Dizia ele: "O ensino primário é imprescindível (...) Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.

Hoje, alguns historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo no âmbito de suas instituições culturais, sobretudo em museus, a elaboração de programas de educação patrimonial. A origem dessa expressão é inglesa (*Heritage Education*) e pode ser traduzida, segundo Oriá (1999, s.p.), como “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido”. Segundo ele, a educação patrimonial possibilita o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial se utiliza dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais.

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema.

A necessidade da educação patrimonial ou da utilização do acervo cultural brasileiro como objeto de estudo nos currículos e programas escolares já se constituía uma preocupação dos ideólogos do patrimônio cultural, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para Andrade, só havia um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional: a educação popular. Tanto assim é que o prêmio concedido anualmente pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional) às melhores ações de preservação do país contempla, entre outras categorias, a modalidade de educação patrimonial.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 – enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da

sociedade e da cultura, abrindo espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1997) para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação, ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados "temas transversais", que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a conseqüente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da pluralidade cultural. Neste sentido constata-se que há espaços normativos para que a escola vivencie experiências inovadoras capazes de suscitar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto seriam necessários cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor para desenvolver a concepção e metodologia da educação patrimonial.

Só assim estaremos proporcionando condições efetivas para que a escola se constitua num espaço privilegiado para o exercício da cidadania de nossos alunos, mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o multifacetado patrimônio histórico nacional.

O que é, afinal, a Educação Patrimonial?

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6). Tendo como ponto de partida os objetos e expressões do Patrimônio Cultural na atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. A partir da

experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. O diálogo permanente e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação de bens culturais facilitam a formação de parcerias, possibilitando a troca de conhecimentos e estudos destes, valorizando-os e protegendo-os.

A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de “*alfabetização cultural*” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6) que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, uma manifestação popular de caráter folclórico ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente.

Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da Educação Patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas que, consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. Como dizia Horta (2003), o patrimônio histórico e o meio ambiente despertam nos educandos sentimentos de querer e buscar mais sobre o que os cerca, ficando assim, conhecendo mais sobre si. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetamos o “futuro”. Os estudos dos remanescentes do passado motivam-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções por eles encontradas para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-los com as soluções que encontramos hoje, para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, iluminação, saúde, alimentação, transporte, e tantos outros aspectos). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, neste exercício de consciência crítica e de cidadania.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A necessidade de formalizar esta experiência pedagógica foi configurada a partir de minha reflexão sobre as dificuldades e carências que encontrei como professora de terceira série do ensino fundamental, na valorização do Patrimônio Histórico de nossa cidade, para o desenvolvimento desta experiência, utilizei o tema do município, como foco principal dos estudos em História e Geografia.

Durante muitos anos pensei transformar a prática em sala de aula em um elemento formador de valores e de consciência crítica. Neste sentido organizei uma proposta de ação com meus alunos em atividades de classe e extra-classe, através de consultas na biblioteca, internet, jornais, revistas, excursões pela cidade, visitas em museus, em pontos turísticos do município, com o tema do Patrimônio Histórico e Cultural.

Durante essas atividades sempre observei certo despreparo por parte das pessoas que contratávamos como guias turísticos ou por àquelas que nos recebiam em museus ou prédios históricos do município, pois a linguagem e a forma de se dirigir a um público infantil era quase sempre inadequada. Na maioria das vezes as exposições muito longas tornavam a visita cansativa e desinteressante para as crianças. Ao mesmo tempo, embora com essas dificuldades, sempre observei nos meus alunos um prazer enorme em sair da sala de aula e experimentar vivências diferenciadas.

A realização dessas atividades foi feita através de um projeto de ação em diversas etapas ocupando um semestre letivo, definindo como núcleo de estudo a praça Cel. Pedro Osório e seu entorno.

Primeiramente os alunos foram orientados para entrevistar (Ficha - Quadro 1) pessoas idosas com o objetivo de levantar informações de como era a paisagem urbana antigamente, e quais as mudanças que ocorreram, principalmente no núcleo estudado. Essas entrevistas foram realizadas em uma ficha onde continham questões referentes ao espaço urbano e rural, as mudanças ocorridas na paisagem desses espaços, os meios de transporte utilizados antigamente e hoje, os pontos turísticos da cidade, sugestões quanto aos locais de visitação para turistas e fatos importantes ocorridos no nosso município que fossem de interesse para pesquisa.

Quadro 1 - Ficha de entrevista:

Colégio São José – 3 ^a série do Ensino Fundamental	
Conhecendo as transforma�es do meu município	
Meu município: _____	
Com seu grupo, entreviste moradores antigos do lugar onde você vive para conhecer as transforma�es ocorridas no seu município.	
Meu Município – A paisagem	Meu Município – Turismo e áreas de lazer
Nome: _____ Idade: _____ Profissão: _____	Nome: _____ Idade: _____ Profissão: _____
1. Que mudanças ocorridas na paisagem chamaram mais a sua aten�o? Por qu�?	1. Quais os pontos turísticos de antigamente e de hoje?
2. Indique as modifica�es observadas quanto � ocupa�o do: espaço rural - _____ espaço urbano - _____	2. Que locais os turistas devem conhecer?
3. Quais os meios de transporte utilizados antigamente e hoje?	3. Quais as principais áreas de lazer de antigamente e de hoje?
	4. Conte um fato importante e interessante ocorrido no município?

Os resultados das entrevistas foram colocados oralmente pelos alunos, onde eram feitos comentários, principalmente quanto   idade dos entrevistados e quais seriam suas atividades de lazer na época de sua mocidade. Em outro momento foi realizado juntamente com a professora um estudo comparativo entre o antigo e o

atual, quanto à conservação dada pelos órgãos competentes e cuidados da população com a preservação do nosso patrimônio histórico.

Esta atividade originou a elaboração de um texto coletivo (Quadro 2), no qual as crianças reelaboraram os conhecimentos adquiridos nas entrevistas. O texto “O centro da cidade antigamente”, como se pode conferir a seguir contém também a qualidade de síntese e socialização de conhecimentos.

Quadro 2 – Texto Coletivo

O centro da cidade antigamente

Conversando com pessoas de idades entre 80 e 50 anos, realizamos uma pesquisa sobre o centro da cidade.

Verificamos que a maioria das pessoas falaram que o centro da cidade era menos movimentado, sem violência e assaltos, as lojas eram a maioria de proprietários pelotenses, as pessoas passeavam tranquilamente olhando as vitrines das lojas ou vendo o movimento.

Na Rua Andrade Neves não existia o calçadão.

A rua XV de Novembro era onde existiam a confeitarias e cafés, também nessa rua era onde acontecia o carnaval.

A Praça Coronel Pedro Osório era um lugar de encontro entre os jovens e famílias.

Os cinemas também se localizavam no centro, como hoje, só que muito mais gente frequentando, pois poucas pessoas tinham televisão.

Havia também mais limpeza nas ruas e mais cuidados com as praças.

É uma pena que hoje isso não aconteça!

Realizada essa primeira etapa, os alunos partiram para as pesquisas na internet no site www.pelotas.com.br, a fim de visitarmos os pontos turísticos da cidade selecionando o nosso patrimônio histórico arquitetônico localizado na Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno. Durante a pesquisa começamos a identificar os prédios históricos de maior interesse para o grupo e que se localizavam no entorno da praça.

Ao escolhermos quais edifícios iríamos estudar, dividimos a turma em duplas. Cada dupla escolheu um prédio, ficando responsável em buscar informações sobre o mesmo, quanto ao seu estilo arquitetônico, sua fundação, arquiteto, proprietários, selecionando imagens e reportagens da imprensa local para atualizar e enriquecer a pesquisa. Após essas consultas formamos textos do histórico de cada prédio registrando os dados coletados (Figura 1), para serem usados posteriormente durante a visitação e fichamento.

Ao término do trabalho de consulta a proposta de ação previa para cada dupla, a elaboração em sala de aula do texto informativo sobre seu prédio para expor oralmente aos colegas, apresentado em forma de fichas (anexo 1).



Figura 1- Prefeitura Municipal de Pelotas

Fonte: Foto dos alunos

A apresentação foi bastante interessante, pois os alunos preocuparam-se em anotar as datas de construção dos prédios, realização dos projetos – quem fez? Usaram também uma nomenclatura específica a cada prédio como “frontão”, “platibandas”, “colunas de sustentação”. Destacaram também objetos que vieram da

Prefeitura Municipal de Pelotas

Ela foi inaugurada no ano de 1881, para ser sede da Câmara Municipal de Pelotas.

Ela foi construída pelo construtor Carlos Zanotta.

Ela tem pórtico que protege a pequena escada e sustenta a grande sacada.

O coroamento do prédio é feito por um frontão curvo e platibanda vazada, durante sua existência foi palco de grandes acontecimentos. Em 1884, foi assinada a Declaração de Libertação Escrava em Pelotas, e cerca de três mil escravos foram libertados.

Alunas: Bruna Holanda e Eduarda Silva

Europa como o chafariz da praça, vindo da França, e a torre do relógio do mercado, vinda da Alemanha.

Num terceiro momento, a proposta de ação previa um passeio pela praça Cel. Pedro Osório e dos prédios em seu entorno escolhidos pelas duplas. Durante essa etapa cada grupo apresentava aos colegas o resultado das pesquisas estudado sobre o prédio de sua responsabilidade, também destacando a situação atual em que se encontravam os edifícios.

O passeio deu-se da seguinte forma, saímos da escola organizados em duplas (de acordo com o prédio de estudo), ao passar na frente de cada um parávamos, cada dupla apresentava aos colegas as informações sobre o que haviam pesquisado anteriormente. Além disso, cada dupla se posicionava diante do seu prédio para fotografarmos e registrarmos tudo o que estávamos realizando. Foi muito interessante e significativo para a turma, pois a linguagem e as informações tornavam-se acessíveis aos colegas, sendo que eles participaram ativamente nesse processo.

Os relatos de cada dupla foram semelhantes aos anteriores feitos em sala de aula, com datas da construção e inauguração, arquiteto ou construtor e explicação sobre as fachadas. Durante a explanação havia interrupções dos outros colegas, sobre a conservação que era precária e o que estaria sendo feito para melhorar.

Iniciamos pela residência do Barão de Butuí, observamos a sua fachada e foi comentado pelas colegas a diferença entre a parte de cima e a de baixo, pois haviam sido construídas por pessoas e épocas diferentes.

A casa do Barão de São Luís foi observada com muito destaque por ser um local onde funciona a Secretaria de Cultura – SECULT.

Na residência do Barão de Cacequi, vimos que já se encontra em trabalho de restauração. Alguns alunos comentaram estar feia, mas outros responderam que iria ficar bonita e que o trabalho que estava sendo feito já fazia parte o *Projeto Monumenta*.

A turma se mostrou muito surpresa quando chegamos em frente a casa de Pompas Fúnebres, pois não sabiam o que era. Três alunas sabiam o que era, sendo que duas tinham pesquisado sobre o prédio e então tiveram oportunidade de explicar a sua função aos colegas, e que ainda mantinham a sua forma original. Uma delas disse: “- Que horror!” – “Uma casa com essas coisas!”

Em frente ao Clube Caixeiral, Corina e Natália falaram aos colegas sobre a sua fachada, geometria (contorno do prédio) e a origem do seu nome que seria por causa dos caixeiros viajantes (vendedores ambulantes) que o tinham fundado. Conforme a consulta, antes havia duas torres em cima do prédio, mas com a reforma foram retiradas. As alunas comentaram: “-Não sabemos por quê? – disse Corina. “E aí dentro tem muitas esculturas”! As escadas são de mármore!” – disse Natália.

“-Minha avó disse que dançou muito nesse clube!” – falou Frederico.

Em frente ao Teatro Sete de Abril havia muito movimento, pois o teatro estava com atividades. Foi destacado por sua beleza e longevidade. Neste momento também houve comentário: “-Ele é o teatro mais antigo em funcionamento... – Vejam só!! – Em funcionamento!!” – falou Adriano.

Na Biblioteca Pública foi muito interessante, pois foi o único prédio que tivemos a oportunidade de visitar internamente, entramos, observamos o hall da escada de entrada que as colegas falaram que era de origem portuguesa, e os alunos ficaram encantados com a beleza das pinturas. Passamos pela biblioteca,

onde havia muitas pessoas estudando. Fomos ao andar superior, visitamos o museu e o setor de jornais, onde tivemos a oportunidade de conversar com alunos universitários que ali pesquisavam. Havia também uma pessoa restaurando livros. Mais uma vez as crianças comentaram: “ - Olha! Ela limpa os livros com pincel!! – disse Ricardo. - “Aqueles jornais estão estragados lá em cima porque antes estavam embaixo dos outros e também não cuidaram” – disse Corina.

Na prefeitura as alunas a descreveram usando uma nomenclatura bem técnica, como: - “Existe um frontão na parte superior do prédio”. “Um brasão, com platibandas vazadas ao seu redor” – disse Eduarda. “Na sua fachada há um pórtico sustentado por colunas, sobre a escada” – falou Ana Paula.

No Mercado Público, Laura e Lucas falaram da sua construção, que eram mais simples, pois não havia aquelas torres, que foram colocadas depois de uma reforma. Foi comentado que a torre do relógio veio da Alemanha e é parecida com a Torre Eiffel, de Paris.

Quando olhamos para o antigo Banco do Brasil, nos encantamos com o telhado e descobrimos que ele veio da França. “- Que lindo! E aquela bola (cúpula) que beleza!!”- falou Camila.

Caminhamos em direção ao Grande Hotel, observamos a sua beleza e comentamos também o grande acontecimento, pois nesse dia o Governo do Estado juntamente com o Governo do Município, estavam comprando o prédio. Agora ele iria ser restaurado. “- Eu posso ficar nesse hotel?” “Os quartos são todos antigos, não é professora?” – disse Frederico.

Finalmente chegamos ao Teatro Guarani, observamos a sua fachada e as estátuas com motivos da ópera “O Guarani”.

Terminado essas observações e relatos, fomos dar um passeio no interior da Praça. Caminhamos até o lago, relógio do sol e vimos as esculturas feitas pelo artista Antônio Caringi. Por fim retornamos à escola.

Na etapa final, chegando em sala de aula, fizemos vários comentários sobre o passeio, relembrando os objetivos e o lazer que a caminhada no proporcionou. A partir destes comentários foi elaborado o texto “O centro da cidade atualmente”, que apresenta uma reflexão tanto sobre a própria experiência dos alunos como uma comparação com o texto anterior (Quadro 3) e a experiência das pessoas mais idosas entrevistadas.

Quadro 3 – O centro da cidade atualmente

O centro da cidade atualmente

O centro da nossa cidade atualmente é muito movimentado, com muitos carros e pessoas circulando.

O nosso comércio é bem variado, com grandes lojas, galerias, supermercados, cinemas, lancherias, restaurantes, confeitarias, cafés, farmácias, teatros, etc.

É uma pena que não seja tão cuidado pela população como antigamente.

A segurança também necessita de maior atenção por parte dos policiais que ali circulam, pois no centro acontecem ainda muitos assaltos.

As nossas praças também merecem mais cuidados, pois são muito mal frequentadas por pedintes ou desocupados.

Achamos que agora está havendo uma maior preocupação com o nosso centro por parte da população e governantes, pois notamos que existem mais pessoas limpando as ruas e praças e que estão acontecendo projetos de restauração de nosso patrimônio cultural histórico.

Analisando os comentários após o passeio, identificamos a necessidade de visitar o interior de um dos prédios e conhecer as regras que definem quais os prédios que são considerados e protegidos pela lei de preservação do Patrimônio Histórico.

Neste sentido agendamos um novo passeio que incluiu além da visita ao interior de dois prédios do entorno da praça, uma entrevista com a arquiteta Simone Delanoy, integrante do Projeto Monumento. A arquiteta Simone Delanoy, nos forneceu informações sobre a Lei 4568/00 que determina os níveis de proteção dos prédios e alguns desdobráveis com informações sobre os prédios inventariados e tombados.

Na visita à Secretaria da Cultura, fomos recebidos pela secretária Renata Requião. Ela nos deu as boas vindas e valorizou muito a iniciativa de estarmos estudando o Patrimônio Histórico Arquitetônico da cidade. Falou da beleza dos prédios e do seu restauro, mostrando alguns objetos que estava no local pra serem restaurados.

Dirigimo-nos pela recepção e inicialmente fomos à sala onde é desenvolvido o Projeto Monumenta, onde foi nos explicado seus objetivos, como nossa cidade conseguiu entrar nesse projeto (situação financeira e planejamento de cada prédio), entregou-nos desdobráveis sobre o projeto e também sobre outros prédios que fazem parte do patrimônio histórico da cidade.

Continuamos a visita observando cada detalhe da construção da casa como tetos, paredes, esquadrias, vidros. Simone contou-nos também, o que era anteriormente em cada cômodo que chegávamos, vimos o jardim interno, tipos de canteiros, porões, cozinha, banheiros e local onde ficavam os empregados.

Saindo da SECULT (Secretaria de Cultura), fomos ver a parte interna da Casa 2, onde a arquiteta contou-nos que ela já havia sofrido um processo de restauração há alguns anos. No pátio interno tivemos a oportunidade de ver escavações arqueológicas eu estavam sendo feitas por alunos do curso de História (UFPel). Explicaram-nos que aquele trabalho era planejado como se fosse uma “história em

quadrinhos”, pois eles tinham que marcar e escavar o pátio todo em quadrinhos (mais ou menos 1/50m de profundidade). O objetivo das escavações era recuperar a história dos que viveram na casa através do lixo doméstico.

Por fim fomos observar as obras de restauro do chafariz da Praça Coronel Pedro Osório (Figuras 2 e 3), nesse momento tivemos a oportunidade de ver “in loco” os passos de uma restauração, os cuidados e a importância da conservação desse patrimônio tão significativo para nós e para a história da nossa cidade.



Figura 2 - Chafariz
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura



Figura 3 - Chafariz
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

Também nos foi fornecido o texto da Lei Municipal 4568/00, relativa aos prédios inventariados, a qual rege que:

- * reformas internas (só com aprovação da SECULT - COPAC)
- * manter características da fachada e volumetria
- * as construções novas no entorno do prédio, só poderão ser feitas se obedecerem a altura e volumetria do prédio vizinho inventariado.

Ex: Pompas Fúnebres Moreira Lopes

Tombamento Federal → quer dizer que o patrimônio é importante ao nível nacional, seu órgão de competência é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e

Arquitetônico Nacional (exige que em cada prédio seja mantida suas características originais).

Ex: Casas do Barão de Butuí, Barão de São Luís e Barão de Cacequi localizadas na Praça Coronel Pedro Osório

Tombamento Estadual → quer dizer que o patrimônio é importante ao nível estadual, seu órgão de competência é o IPHAE – Instituto do Patrimônio Artístico Estadual.

Ex: Casa da Banha – foi quartel general da Revolução Farroupilha

Portaria IPHAN // 09/86 → estabelece o regime urbano na área de ambiência dos monumentos de tombamento Federal – nenhum prédio poderá ser construído sem obedecer às exigências do órgão competente. Além de ter de passar pela aprovação do IPHAN também deverá passar pela SEURB e SECULT.

Em sala de aula organizou-se um estudo do material que haviam nos fornecido os informativos, que continham informações a respeito do patrimônio histórico arquitetônico da cidade. Através da leitura desses desdobráveis com fotos antigas dos edifícios tomamos conhecimento dos termos desconhecidos como: prédios tombados, prédios inventariados, Projeto Monumenta. Observou-se também como funciona o processo de restauração de um imóvel.

Com essas atividades a turma pode ampliar seus conhecimentos sobre arqueologia, restauração, conservação, aos quais se somaram informações sobre lei municipal 4568/00. Essa lei foi fornecida a nós, por uma das arquitetas do Projeto Monumenta, Simone Delanoy, e determina os níveis de proteção dos prédios históricos de Pelotas.

Ao final do trabalho, os alunos foram levados a concluir que, é possível construir o nosso próprio saber. Fomos capazes de realizar experiências ricas em

diferentes vivências, observação, experimentação e adequação aos nossos interesses. Neste sentido considero ainda que esta proposta de ação encontra seus fundamentos nas teorias de aprendizagem de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire, que embasaram nossas reflexões iniciais.

CONCLUSÃO

Através da realização da presente monografia concluímos a eficácia de uma proposta metodológica voltada para a valorização dos bens culturais, nesse caso enfocando o patrimônio arquitetônico dentre estes bens. Verificamos que através de uma proposta de ação, da reflexão sobre a nossa prática pedagógica e de uma revisão bibliográfica, foi possível qualificar tanto a própria prática pedagógica quanto contribuir para o conhecimento teórico sobre educação patrimonial. No que diz respeito aos alunos que participaram da proposta de ação a experiência permitiu ampliar seus conhecimentos sobre a história da cidade, sua sociedade, sua economia, representados nas construções de diferentes épocas.

A partir da sensibilização e conscientização dos alunos sobre o valor histórico e estético dessa produção arquitetônica constatamos a transformação da relação dos educandos com a cidade. Acreditamos ter contribuído para a conscientização desse grupo de alunos, quanto à valorização e preservação dos exemplares existentes da arquitetura edificada no espaço urbano, representativa do século XIX e princípios do XX, da qual são exemplos o conjunto de edifícios no entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

Os autores que destacamos: Jean Piaget, Lev Vygotsky e Paulo Freire, serviram de subsídio e fundamentação de nossa prática pedagógica. Estes teóricos que na década de sessenta, refletiram e desenvolveram suas teorias, colocaram os alunos como o foco do processo ensino-aprendizagem. Antes disso, o ensino era centrado na figura do professor que detinha o saber, a aprendizagem estava embasada na memorização, e não na construção do conhecimento.

No caso da nossa proposta de ação, as atividades foram desenvolvidas sempre centradas nos alunos. Atividades como: a identificação dos prédios, a escolha de exemplares para estudo, as pesquisas na Internet e as entrevistas com as pessoas mais velhas, em informativos, jornais e fotografias antigas e modernas, a visitação e observação do local em estudo. Estas atividades foram além do reconhecimento do estilo arquitetônico e conservação dos prédios, pois aplicando essas idéias na prática pedagógica, acredito que os conteúdos a serem trabalhados estariam mais perto das necessidades dos educandos e mais atrativos na sua essência, pois um trabalho voltado para o Patrimônio Cultural valoriza o que tem de mais importante para um povo, ou seja, a sua cultura.

Como professora, diante de tantas tecnologias oferecidas na chamada “era digital”, onde a figura desse profissional não é vista como alguém que pode e deve formar valores, me sinto gratificada quando encontro, no dia a dia de meu trabalho, a possibilidade de mudar, de trabalhar algo inovador e, contatar em meus alunos a satisfação em apresentar-se diante de seus colegas como alguém que sabe e que buscou o conhecimento. Este se revelou por meio de um vocabulário e repertório alcançados através da pesquisa, da observação e da vivência das crianças com o conteúdo abordado.

Ao concretizar esta experiência tive a oportunidade de perceber que algumas sementes foram lançadas para engendrar conhecimentos e que as gerações futuras poderão contemplar um patrimônio que hoje, mesmo com o desgaste do tempo e má conservação, é uma representação clara no presente das glórias do passado.

Hoje, dois anos após a experiência metodológica relatada nesse trabalho voltamos a aplicá-la novamente com uma outra turma de alunos. Ao visitarmos a praça fomos acompanhados de alguns pais que, fazendo uso de câmeras digitais,

registraram praticamente todos os momentos do passeio. A utilização desta tecnologia mais avançada, complementada pela apresentação das imagens na grande tela do Data show da escola, possibilitou aos alunos reviver e enriquecer os comentários sobre os prédios e o passeio de maneira coletiva. Essa exposição coletiva resultou em um texto coletivo sobre o passeio bastante completo e muito rico.

Mais uma vez confirmamos o quanto é positivo o professor fazer uso de novas formas de trabalhar com seus alunos, pois o mesmo processo de ensino-aprendizagem ao ser aplicado novamente se transformou, aproveitando das novas tecnologias oferecidas pela escola, revitalizando as relações professor x aluno em sala de aula. Neste caso, o fascínio que as novas tecnologias exercem sobre as crianças, em geral, foi revertido para a valorização dos prédios e monumentos antigos.

Da mesma maneira, a reflexão e reformulação em nossa prática em sala de aula somente foi possível após a construção do conhecimento adquirido no decorrer deste curso e, e conseqüentemente na elaboração deste texto monográfico. Os conhecimentos adquiridos nas disciplinas específicas sobre preservação do patrimônio constituíram os alicerces para a nossa prática pedagógica. As gradativas exigências acadêmicas de estruturação metodológica respaldaram nossas ações de pesquisa e consciência da necessidade de registro e análise dos dados coletados. E, finalmente, o exercício de reflexão e a reestruturação do conhecimento na construção deste texto monográfico, apontando para a possibilidade de redação de um artigo sobre Educação Patrimonial, tanto fortalece e qualifica nossa prática pedagógica, bem como contribui para ampliar este novo campo de conhecimento na educação fundamental.

5 BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

BIASOLI, Carmem Lúcia Abadie. *A formação do professor de arte*. Campinas: Papirus, 1999.

CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Mundial, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Gamma, 1971.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. Porto Alegre: Scipione, 1989.

HORTA, Maria Tereza Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

_____. *O objeto cultural: uma descoberta*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/tetxt2.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2005.

_____. *Os monumentos e centros históricos*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/tetxt3.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2005.

_____. *Os sítios arqueológicos e o patrimônio rural*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/tetxt4.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2005.

_____. *A multiplicação do método*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/tetxt5htm>>. Acesso em: 27 jan. 2005.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradições da cidade de Pelotas*. 2.ed. Caxias do Sul: Graf. da Universidade, 1981.

_____. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Mundial, 1994.

_____. *Pelotas século XIX*. Pelotas: Mundial, 1994.

_____. *Os passeios da cidade antiga*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

NASCIMENTO, Eloísa Assumpção. *Nossa cidade era assim*. Pelotas: Mundial, 1989.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vigotski: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio – histórico*. São Paulo: Scipione, 1993.

ORIÁ, Ricardo. *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. [s.l.]: DPH, 1999.

PELLEGRINI, Denise. *Aprenda com eles e ensine melhor*. *Revista Escola*, ano XVI, ed.139, jan./fev. 2001.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio. *História da educação*. São Paulo: Ática, 1990.

REVISTA Ciência & Letras, Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, 1979.

RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira*. 5.ed. São Paulo: Moraes, 1989.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, máscaras, vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas*. Pelotas 1870-1930. Pelotas: Educat, 2002.

SOARES, Maria Tereza Peres. Aprenda com eles e ensine melhor. *Revistas Escola*, ano XVI, ed.139, jan./fev. 2001.

VASQUES, Cláudia Marina; VALIO, Walter Vilhena. *Para preservar*. Brasília: IPHAN, 1994.

6 GLOSSÁRIO

Educação: ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual nos ajustamos à vida de acordo com as necessidades, ideais e propósitos dominantes; ato ou efeito de educar, aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, polidez; cortesia (FERREIRA, 1971).

Patrimônio: herança paterna; bens de família; dote dos ordinandos; (jur.) complexo de bens materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo ou mais que pertença a uma pessoa e seja suscetível de apreciação econômica (FERREIRA, 1971).

Patrimônio Histórico: bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias... Constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum... Obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes. O savoir-faire dos seres humanos (LEMOS, [s.d.]).

Educação Patrimonial: processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania (CHOAY, 2001, p.11).

A N E X O S

7 ANEXO 1



Casa do Barão de São Luís – Casa 6

A casa foi construída no ano de 1879, por José Isella.

Ela vai ser restaurada pelo Projeto Monumenta, porque ela é muito antiga e está “caindo aos pedaços”.

O teto é cheio de desenhos, depende do desenho que está no teto que vai dizer o que era aquela peça.

Alunos: Eduardo Horn e Ricardo Castro



Casa do Barão de Butuí – casa 2

Em 1830 foi construída a casa do Barão de Butuí.

Foi construído o primeiro piso pelo charqueador José Vianna (Barão de Butuí) que presenteou sua filha Ângela Gonçalves Moreira.

Para essa reforma foi chamado o arquiteto José Isella.

Hoje esta casa está sendo restaurada para ser Centro cultural com cafeteria, lojas de doces, livrarias, salas de exposições, museu, ateliês, oficinas e setor administrativo da Coordenadoria de Expressão da SECULT.

Alunas: Raffaella Mattea e Bruna Bellinazo



Casa do Barão de Cacequi – casa 8

O casarão vai ser restaurado pelo Projeto Monumenta.

No casarão do Barão de Cacequi moravam o filho do Barão de Butuí e sua esposa Francisco de Castro Moreira.

A casa recebeu uma verba do IPHAN para ser restaurada, porque ela estava com problemas de desabamento. Depois de ser restaurada vai virar Contemplação Cultural com Memorial de Pelotas, Museu de Forros, sala de Arqueologia, de multimídia e para eventos, sala de cinema e bar. Ela fica localizada na Praça Coronel Pedro Osório.

O arquiteto José Isella que fez em 1878 o casarão, ele faz parte do Patrimônio Histórico.

Alunas: Marina Dias da Costa e Tatiana



Casa de Pompas Fúnebres Moreira Lopes

Foi construída em 1882.

Em 1922, a fachada foi reformada com ornamentos “art nouveau”.

Sua localização fica na Praça Coronel Pedro Osório número 64.

O prédio permanece em uso original até os dias de hoje.

Alunas: Camila Piovezan e Érika Paniz



Clube Caixeiral

O Clube Caixeiral tem uma escada de mármore e outra de madeira.

O clube também possui uma volumetria bastante recortada formando terraço.

Ele também tem muitas estátuas por exemplo: Hermes, Deus do comércio.

Na fachada tem estátuas que representam figuras da mitologia grega.

O prédio possui três andares e ainda está em funcionamento.

E o Clube Caixeiral é um clube antigo.

Alunas: Natália Dias e Corina Hallal



Teatro 7 de Abril

O Teatro 7 de Abril foi construído em 1831, por José Vieira Vianna e projetado pelo engenheiro alemão Eduardo Kretschman.

O Teatro 7 de Abril precisa de restauração.

O Teatro 7 de abril recebeu três visitas imperiais: 1846, o imperador e a imperatriz, em 1865, o imperador e a princesa e em 1885, o Conde D Eu e a Princesa Isabel.

Ele precisa de atrações novas para o público.

Hoje o Teatro 7 de Abril é o mais antigo teatro brasileiro em funcionamento.

Alunos: Adriano Ramos e Henrique Teixeira



Biblioteca Pública

O Projeto Monumenta está reformando aos prédios antigos. A Biblioteca Pública é um deles. Ela vai ser reformada e vai ficar como: Museu e sala de eventos. Ela foi fundada em 1875 por diversos cavalheiros da comunidade.

Ela foi construída de 1878 a 1881. João Simões Lopes inaugurou os alicerces do prédio projetado por José Isella. De 1811 a 1813 Caetano Cazzareto projetou o segundo piso.

O arco da entrada feito de granito veio de Portugal.

A Biblioteca Pública funciona das 8 h às 18 h de segunda a sexta sem fechar ao meio dia.

Alunas: Ana Paula Russo e Camila DÁvila



Mercado Público

O Mercado Público de Pelotas, graças ao Projeto Monumenta vai sofrer uma reforma e ele vai virar comércio misto, existe como proposta de integração o Largo do Mercado, zoneamento e regularização dos espaços e incentivo a novos usos compatíveis com o prédio.

O Mercado Público está antigo por dentro, tem muitos peixes e muitas lojas e bichos, é grande e no meio dele existe a torre do relógio, e ele se localiza no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. A torre veio da Alemanha

Alunos: Laura Bollick e Lucas santos



Prefeitura Municipal de Pelotas

Ela foi inaugurada no ano de 1881, para ser sede da Câmara Municipal de Pelotas.

Ela foi construída pelo construtor Carlos Zanotta.

Ela tem pórtico que protege a pequena escada e sustenta a grande sacada.

O coroamento do prédio é feito por um frontão curvo e platibanda vazada, durante sua existência foi palco de grandes acontecimentos. Em 1884, foi assinada a Declaração de Libertação Escrava em Pelotas, e cerca de três mil escravos foram libertados.

Alunas: Bruna Holanda e Eduarda Silva



Antigo Banco do Brasil

Nós sabemos que o telhado do antigo Banco do Brasil veio da França e que vieram importados da Europa: filetes dourados, frisos de mármore.

O relógio que está localizado em cima da porta, também veio da França.

Ele está localizado na volta da Praça Coronel Pedro Osório.

Alunos: Alexandre Tavares e Ricardo Brechane



Grande Hotel

O Grande Hotel foi construído em 1924.

A prefeitura e o governo do Estado compraram o Grande Hotel para ser o Banrisul.

O prédio vai ser: Centro Administrativo Municipal, Secretaria das Finanças, Secretaria de Qualidade Ambiental, Companhia de Informática de Pelotas e Recursos Humanos. Centrais Estaduais e Municipais de atendimento ao público, cafeteria, atividades artísticas e culturais.

Alunos: Marino Martins e João Marcos Amaral



Teatro Guarani

O Teatro Guarani foi obra de Stanislaw Szarfaki, Francisco Santos e Rozauro Zambrano.

Foi fundado em 30 de abril de 1920, com uma ópera.

O Teatro Guarani é um monumento muito importante de Pelotas.

Durante a década de 70, sofreu reforma: reduziram o pé direito da platéia com um forro que escondeu as pinturas do teto, perdendo assim o "Paraíso". Atualmente, o teatro segue como casa de espetáculos e local de atos solenes como destaque cerimônias de formatura.

Alunos: Henrique Pinheiro e Augusto Krause



Foto cedida pela SECULT

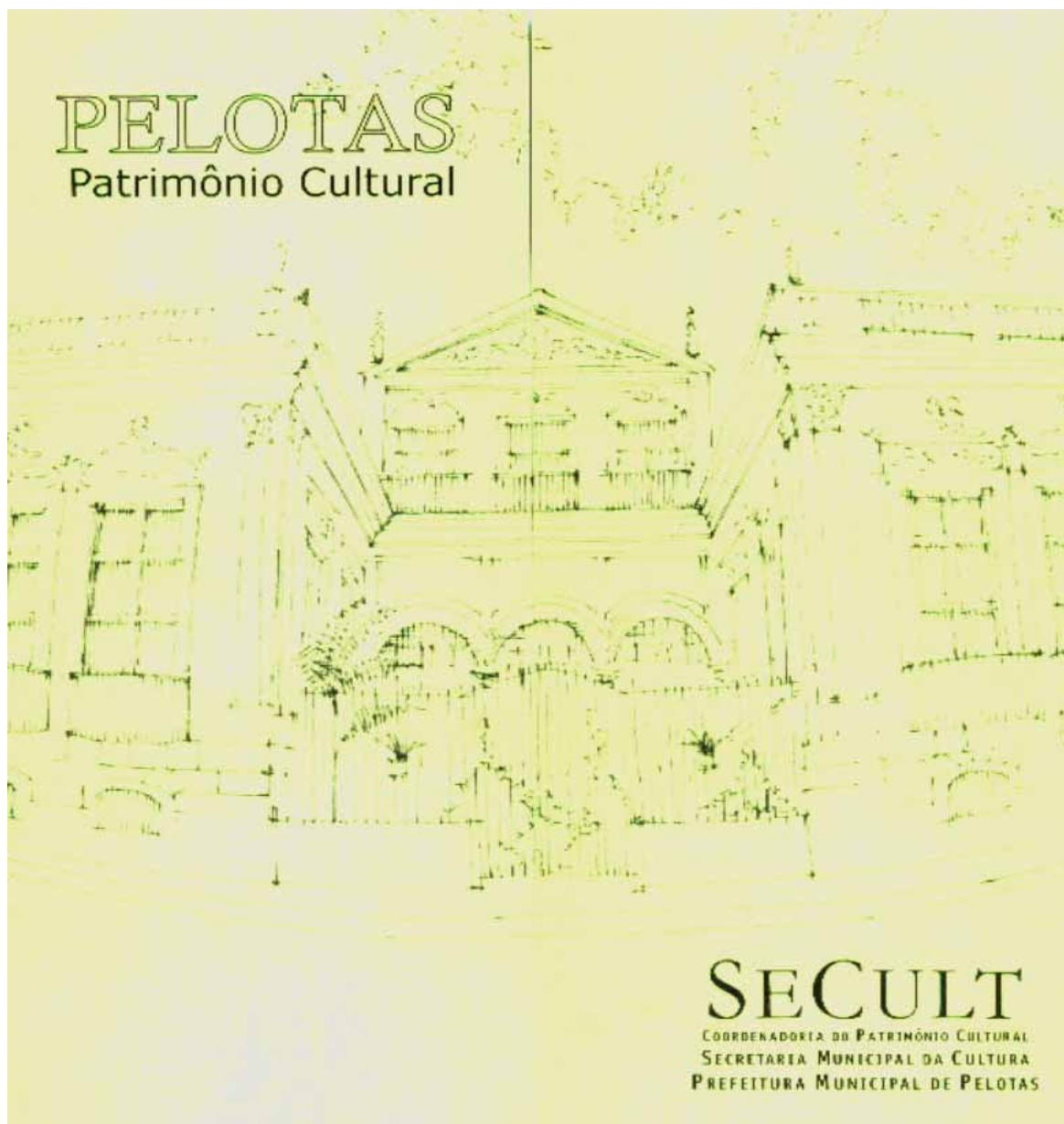
Praça Coronel Pedro Osório

A Praça Coronel Pedro Osório tem um chafariz importado da França em 1832. O chafariz é moldado, demorou sete anos para ser construído.

O chafariz está enferrujado e está em reformas.

Pelotas tinha que pagar suas dívidas para receber o dinheiro do Projeto Monumenta, para poder arrumar o chafariz e a praça.

Alunos: Frederico Vinholes, Gustavo Espíndola e Pamella Borges





1. The Old Town Hall, 1852



2. The Old Town Hall, 1852



3. The Old Town Hall, 1852



4. The Old Town Hall, 1852



5. The Old Town Hall, 1852



6. The Old Town Hall, 1852



7. The Old Town Hall, 1852



8. The Old Town Hall, 1852



9. The Old Town Hall, 1852



10. The Old Town Hall, 1852



11. The Old Town Hall, 1852



12. The Old Town Hall, 1852



13. The Old Town Hall, 1852



14. The Old Town Hall, 1852



15. The Old Town Hall, 1852



16. The Old Town Hall, 1852



17. The Old Town Hall, 1852



18. The Old Town Hall, 1852



19. The Old Town Hall, 1852



20. The Old Town Hall, 1852



21. The Old Town Hall, 1852



22. The Old Town Hall, 1852



23. The Old Town Hall, 1852



24. The Old Town Hall, 1852



25. The Old Town Hall, 1852



26. The Old Town Hall, 1852



27. The Old Town Hall, 1852



28. The Old Town Hall, 1852



29. The Old Town Hall, 1852



30. The Old Town Hall, 1852



31. The Old Town Hall, 1852



32. The Old Town Hall, 1852



33. The Old Town Hall, 1852



34. The Old Town Hall, 1852



35. The Old Town Hall, 1852



36. The Old Town Hall, 1852



37. The Old Town Hall, 1852



38. The Old Town Hall, 1852



39. The Old Town Hall, 1852



40. The Old Town Hall, 1852



41. The Old Town Hall, 1852



42. The Old Town Hall, 1852



43. The Old Town Hall, 1852



44. The Old Town Hall, 1852



45. The Old Town Hall, 1852



46. The Old Town Hall, 1852



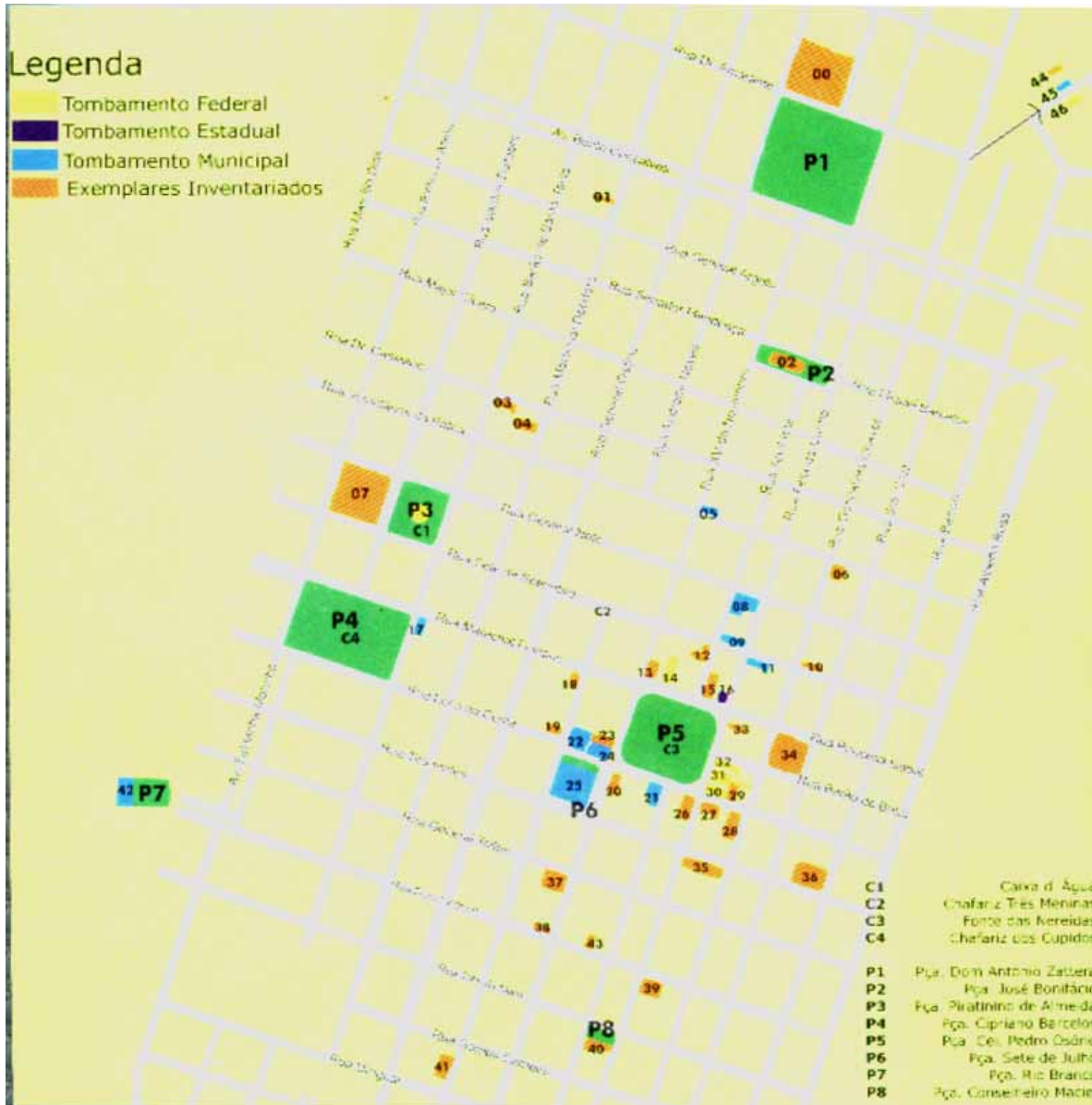
47. The Old Town Hall, 1852



48. The Old Town Hall, 1852

Legenda

- Tombamento Federal
- Tombamento Estadual
- Tombamento Municipal
- Exemplos Inventariados



PELOTAS

Patrimônio Cultural

É especialmente no período de ocupação, densificação e evolução dos primeiros loteamentos que Pelotas prospera, graças à intensa produção de riquezas geradas pelas atividades econômicas, destacadamente as vinculadas ao charque. O espaço que integra esse processo de evolução urbana apresenta características peculiares, conferindo a Pelotas identidade e configuração diferenciada na Região e no País. Como fio condutor e representante de um processo que reúne natureza, saber fazer, artefatos e gente, seu traçado urbano e sua arquitetura determinam uma espacialidade que merece ser conhecida e preservada.

Pelotas atinge o auge de seu desenvolvimento econômico na segunda metade do Século XIX e início do Século XX, acompanhado de grande produção de edifícios, cujas construções manifestam preocupações e ótimos resultados referentes à qualidade e linguagem arquitetônica.

Durante os 189 anos que separam a fundação da freguesia de São Francisco de Paula dos dias de hoje a população viu crescer e guardou sua cidade, vendo criar-se um dos mais ricos patrimônios culturais e arquitetônicos do Brasil.

São centenas de casas, edifícios públicos, ruas, praças, monumentos, paisagens, referências visuais, edificadas com diferentes estilos arquitetônicos que definiram o espaço da cidade e obedeceram às necessidades profundas de sua comunidade.

Todos esses elementos, durante a vida da cidade, obedeceram a uma concepção unitária que definiu Pelotas como única, conjunto de espaço físico natural modificado e edificado, acrescido aos costumes, tradições, sentimentos, atitudes características de sua população. A cidade, em última e radical instância, tornou-se um ser histórico. Na convivência entre a cidade e a população, formas e signos foram criados e possibilitam a identificação e a leitura da cidade por parte de seus moradores. Desta maneira é que foi criado um sentimento de propriedade, ou seja, a casa, a rua, o bairro e a paisagem passaram a ser parte da história dos cidadãos, sendo a cidade um conjunto de tudo isso, um objeto querido.

O patrimônio cultural de Pelotas gera um processo de identidade entre a cidade e sua população, que passa a se perceber como distinta, tendo orgulho de sua cultura, de suas tradições e de seus bens.

Fernando Marroni
Prefeito Municipal de Pelotas

Renata Requião
Secretaria Municipal de Cultura

Simone Neutzling
Coord. do Patrimônio Cultural

Atendimento: Casca Street, 1.600, 9º andar, Pelotas - RS
Bairro: Capão da Canoa

Fone: (51) 3341.4100, 3341.4101, 3341.4102, 3341.4103, 3341.4104, 3341.4105, 3341.4106, 3341.4107, 3341.4108, 3341.4109, 3341.4110, 3341.4111, 3341.4112, 3341.4113, 3341.4114, 3341.4115, 3341.4116, 3341.4117, 3341.4118, 3341.4119, 3341.4120, 3341.4121, 3341.4122, 3341.4123, 3341.4124, 3341.4125, 3341.4126, 3341.4127, 3341.4128, 3341.4129, 3341.4130, 3341.4131, 3341.4132, 3341.4133, 3341.4134, 3341.4135, 3341.4136, 3341.4137, 3341.4138, 3341.4139, 3341.4140, 3341.4141, 3341.4142, 3341.4143, 3341.4144, 3341.4145, 3341.4146, 3341.4147, 3341.4148, 3341.4149, 3341.4150, 3341.4151, 3341.4152, 3341.4153, 3341.4154, 3341.4155, 3341.4156, 3341.4157, 3341.4158, 3341.4159, 3341.4160, 3341.4161, 3341.4162, 3341.4163, 3341.4164, 3341.4165, 3341.4166, 3341.4167, 3341.4168, 3341.4169, 3341.4170, 3341.4171, 3341.4172, 3341.4173, 3341.4174, 3341.4175, 3341.4176, 3341.4177, 3341.4178, 3341.4179, 3341.4180, 3341.4181, 3341.4182, 3341.4183, 3341.4184, 3341.4185, 3341.4186, 3341.4187, 3341.4188, 3341.4189, 3341.4190, 3341.4191, 3341.4192, 3341.4193, 3341.4194, 3341.4195, 3341.4196, 3341.4197, 3341.4198, 3341.4199, 3341.4200, 3341.4201, 3341.4202, 3341.4203, 3341.4204, 3341.4205, 3341.4206, 3341.4207, 3341.4208, 3341.4209, 3341.4210, 3341.4211, 3341.4212, 3341.4213, 3341.4214, 3341.4215, 3341.4216, 3341.4217, 3341.4218, 3341.4219, 3341.4220, 3341.4221, 3341.4222, 3341.4223, 3341.4224, 3341.4225, 3341.4226, 3341.4227, 3341.4228, 3341.4229, 3341.4230, 3341.4231, 3341.4232, 3341.4233, 3341.4234, 3341.4235, 3341.4236, 3341.4237, 3341.4238, 3341.4239, 3341.4240, 3341.4241, 3341.4242, 3341.4243, 3341.4244, 3341.4245, 3341.4246, 3341.4247, 3341.4248, 3341.4249, 3341.4250, 3341.4251, 3341.4252, 3341.4253, 3341.4254, 3341.4255, 3341.4256, 3341.4257, 3341.4258, 3341.4259, 3341.4260, 3341.4261, 3341.4262, 3341.4263, 3341.4264, 3341.4265, 3341.4266, 3341.4267, 3341.4268, 3341.4269, 3341.4270, 3341.4271, 3341.4272, 3341.4273, 3341.4274, 3341.4275, 3341.4276, 3341.4277, 3341.4278, 3341.4279, 3341.4280, 3341.4281, 3341.4282, 3341.4283, 3341.4284, 3341.4285, 3341.4286, 3341.4287, 3341.4288, 3341.4289, 3341.4290, 3341.4291, 3341.4292, 3341.4293, 3341.4294, 3341.4295, 3341.4296, 3341.4297, 3341.4298, 3341.4299, 3341.4300, 3341.4301, 3341.4302, 3341.4303, 3341.4304, 3341.4305, 3341.4306, 3341.4307, 3341.4308, 3341.4309, 3341.4310, 3341.4311, 3341.4312, 3341.4313, 3341.4314, 3341.4315, 3341.4316, 3341.4317, 3341.4318, 3341.4319, 3341.4320, 3341.4321, 3341.4322, 3341.4323, 3341.4324, 3341.4325, 3341.4326, 3341.4327, 3341.4328, 3341.4329, 3341.4330, 3341.4331, 3341.4332, 3341.4333, 3341.4334, 3341.4335, 3341.4336, 3341.4337, 3341.4338, 3341.4339, 3341.4340, 3341.4341, 3341.4342, 3341.4343, 3341.4344, 3341.4345, 3341.4346, 3341.4347, 3341.4348, 3341.4349, 3341.4350, 3341.4351, 3341.4352, 3341.4353, 3341.4354, 3341.4355, 3341.4356, 3341.4357, 3341.4358, 3341.4359, 3341.4360, 3341.4361, 3341.4362, 3341.4363, 3341.4364, 3341.4365, 3341.4366, 3341.4367, 3341.4368, 3341.4369, 3341.4370, 3341.4371, 3341.4372, 3341.4373, 3341.4374, 3341.4375, 3341.4376, 3341.4377, 3341.4378, 3341.4379, 3341.4380, 3341.4381, 3341.4382, 3341.4383, 3341.4384, 3341.4385, 3341.4386, 3341.4387, 3341.4388, 3341.4389, 3341.4390, 3341.4391, 3341.4392, 3341.4393, 3341.4394, 3341.4395, 3341.4396, 3341.4397, 3341.4398, 3341.4399, 3341.4400, 3341.4401, 3341.4402, 3341.4403, 3341.4404, 3341.4405, 3341.4406, 3341.4407, 3341.4408, 3341.4409, 3341.4410, 3341.4411, 3341.4412, 3341.4413, 3341.4414, 3341.4415, 3341.4416, 3341.4417, 3341.4418, 3341.4419, 3341.4420, 3341.4421, 3341.4422, 3341.4423, 3341.4424, 3341.4425, 3341.4426, 3341.4427, 3341.4428, 3341.4429, 3341.4430, 3341.4431, 3341.4432, 3341.4433, 3341.4434, 3341.4435, 3341.4436, 3341.4437, 3341.4438, 3341.4439, 3341.4440, 3341.4441, 3341.4442, 3341.4443, 3341.4444, 3341.4445, 3341.4446, 3341.4447, 3341.4448, 3341.4449, 3341.4450, 3341.4451, 3341.4452, 3341.4453, 3341.4454, 3341.4455, 3341.4456, 3341.4457, 3341.4458, 3341.4459, 3341.4460, 3341.4461, 3341.4462, 3341.4463, 3341.4464, 3341.4465, 3341.4466, 3341.4467, 3341.4468, 3341.4469, 3341.4470, 3341.4471, 3341.4472, 3341.4473, 3341.4474, 3341.4475, 3341.4476, 3341.4477, 3341.4478, 3341.4479, 3341.4480, 3341.4481, 3341.4482, 3341.4483, 3341.4484, 3341.4485, 3341.4486, 3341.4487, 3341.4488, 3341.4489, 3341.4490, 3341.4491, 3341.4492, 3341.4493, 3341.4494, 3341.4495, 3341.4496, 3341.4497, 3341.4498, 3341.4499, 3341.4500, 3341.4501, 3341.4502, 3341.4503, 3341.4504, 3341.4505, 3341.4506, 3341.4507, 3341.4508, 3341.4509, 3341.4510, 3341.4511, 3341.4512, 3341.4513, 3341.4514, 3341.4515, 3341.4516, 3341.4517, 3341.4518, 3341.4519, 3341.4520, 3341.4521, 3341.4522, 3341.4523, 3341.4524, 3341.4525, 3341.4526, 3341.4527, 3341.4528, 3341.4529, 3341.4530, 3341.4531, 3341.4532, 3341.4533, 3341.4534, 3341.4535, 3341.4536, 3341.4537, 3341.4538, 3341.4539, 3341.4540, 3341.4541, 3341.4542, 3341.4543, 3341.4544, 3341.4545, 3341.4546, 3341.4547, 3341.4548, 3341.4549, 3341.4550, 3341.4551, 3341.4552, 3341.4553, 3341.4554, 3341.4555, 3341.4556, 3341.4557, 3341.4558, 3341.4559, 3341.4560, 3341.4561, 3341.4562, 3341.4563, 3341.4564, 3341.4565, 3341.4566, 3341.4567, 3341.4568, 3341.4569, 3341.4570, 3341.4571, 3341.4572, 3341.4573, 3341.4574, 3341.4575, 3341.4576, 3341.4577, 3341.4578, 3341.4579, 3341.4580, 3341.4581, 3341.4582, 3341.4583, 3341.4584, 3341.4585, 3341.4586, 3341.4587, 3341.4588, 3341.4589, 3341.4590, 3341.4591, 3341.4592, 3341.4593, 3341.4594, 3341.4595, 3341.4596, 3341.4597, 3341.4598, 3341.4599, 3341.4600, 3341.4601, 3341.4602, 3341.4603, 3341.4604, 3341.4605, 3341.4606, 3341.4607, 3341.4608, 3341.4609, 3341.4610, 3341.4611, 3341.4612, 3341.4613, 3341.4614, 3341.4615, 3341.4616, 3341.4617, 3341.4618, 3341.4619, 3341.4620, 3341.4621, 3341.4622, 3341.4623, 3341.4624, 3341.4625, 3341.4626, 3341.4627, 3341.4628, 3341.4629, 3341.4630, 3341.4631, 3341.4632, 3341.4633, 3341.4634, 3341.4635, 3341.4636, 3341.4637, 3341.4638, 3341.4639, 3341.4640, 3341.4641, 3341.4642, 3341.4643, 3341.4644, 3341.4645, 3341.4646, 3341.4647, 3341.4648, 3341.4649, 3341.4650, 3341.4651, 3341.4652, 3341.4653, 3341.4654, 3341.4655, 3341.4656, 3341.4657, 3341.4658, 3341.4659, 3341.4660, 3341.4661, 3341.4662, 3341.4663, 3341.4664, 3341.4665, 3341.4666, 3341.4667, 3341.4668, 3341.4669, 3341.4670, 3341.4671, 3341.4672, 3341.4673, 3341.4674, 3341.4675, 3341.4676, 3341.4677, 3341.4678, 3341.4679, 3341.4680, 3341.4681, 3341.4682, 3341.4683, 3341.4684, 3341.4685, 3341.4686, 3341.4687, 3341.4688, 3341.4689, 3341.4690, 3341.4691, 3341.4692, 3341.4693, 3341.4694, 3341.4695, 3341.4696, 3341.4697, 3341.4698, 3341.4699, 3341.4700, 3341.4701, 3341.4702, 3341.4703, 3341.4704, 3341.4705, 3341.4706, 3341.4707, 3341.4708, 3341.4709, 3341.4710, 3341.4711, 3341.4712, 3341.4713, 3341.4714, 3341.4715, 3341.4716, 3341.4717, 3341.4718, 3341.4719, 3341.4720, 3341.4721, 3341.4722, 3341.4723, 3341.4724, 3341.4725, 3341.4726, 3341.4727, 3341.4728, 3341.4729, 3341.4730, 3341.4731, 3341.4732, 3341.4733, 3341.4734, 3341.4735, 3341.4736, 3341.4737, 3341.4738, 3341.4739, 3341.4740, 3341.4741, 3341.4742, 3341.4743, 3341.4744, 3341.4745, 3341.4746, 3341.4747, 3341.4748, 3341.4749, 3341.4750, 3341.4751, 3341.4752, 3341.4753, 3341.4754, 3341.4755, 3341.4756, 3341.4757, 3341.4758, 3341.4759, 3341.4760, 3341.4761, 3341.4762, 3341.4763, 3341.4764, 3341.4765, 3341.4766, 3341.4767, 3341.4768, 3341.4769, 3341.4770, 3341.4771, 3341.4772, 3341.4773, 3341.4774, 3341.4775, 3341.4776, 3341.4777, 3341.4778, 3341.4779, 3341.4780, 3341.4781, 3341.4782, 3341.4783, 3341.4784, 3341.4785, 3341.4786, 3341.4787, 3341.4788, 3341.4789, 3341.4790, 3341.4791, 3341.4792, 3341.4793, 3341.4794, 3341.4795, 3341.4796, 3341.4797, 3341.4798, 3341.4799, 3341.4800, 3341.4801, 3341.4802, 3341.4803, 3341.4804, 3341.4805, 3341.4806, 3341.4807, 3341.4808, 3341.4809, 3341.4810, 3341.4811, 3341.4812, 3341.4813, 3341.4814, 3341.4815, 3341.4816, 3341.4817, 3341.4818, 3341.4819, 3341.4820, 3341.4821, 3341.4822, 3341.4823, 3341.4824, 3341.4825, 3341.4826, 3341.4827, 3341.4828, 3341.4829, 3341.4830, 3341.4831, 3341.4832, 3341.4833, 3341.4834, 3341.4835, 3341.4836, 3341.4837, 3341.4838, 3341.4839, 3341.4840, 3341.4841, 3341.4842, 3341.4843, 3341.4844, 3341.4845, 3341.4846, 3341.4847, 3341.4848, 3341.4849, 3341.4850, 3341.4851, 3341.4852, 3341.4853, 3341.4854, 3341.4855, 3341.4856, 3341.4857, 3341.4858, 3341.4859, 3341.4860, 3341.4861, 3341.4862, 3341.4863, 3341.4864, 3341.4865, 3341.4866, 3341.4867, 3341.4868, 3341.4869, 3341.4870, 3341.4871, 3341.4872, 3341.4873, 3341.4874, 3341.4875, 3341.4876, 3341.4877, 3341.4878, 3341.4879, 3341.4880, 3341.4881, 3341.4882, 3341.4883, 3341.4884, 3341.4885, 3341.4886, 3341.4887, 3341.4888, 3341.4889, 3341.4890, 3341.4891, 3341.4892, 3341.4893, 3341.4894, 3341.4895, 3341.4896, 3341.4897, 3341.4898, 3341.4899, 3341.4900, 3341.4901, 3341.4902, 3341.4903, 3341.4904, 3341.4905, 3341.4906, 3341.4907, 3341.4908, 3341.4909, 3341.4910, 3341.4911, 3341.4912, 3341.4913, 3341.4914, 3341.4915, 3341.4916, 3341.4917, 3341.4918, 3341.4919, 3341.4920, 3341.4921, 3341.4922, 3341.4923, 3341.4924, 3341.4925, 3341.4926, 3341.4927, 3341.4928, 3341.4929, 3341.4930, 3341.4931, 3341.4932, 3341.4933, 3341.4934, 3341.4935, 3341.4936, 3341.4937, 3341.4938, 3341.4939, 3341.4940, 3341.4941, 3341.4942, 3341.4943, 3341.4944, 3341.4945, 3341.4946, 3341.4947, 3341.4948, 3341.4949, 3341.4950, 3341.4951, 3341.4952, 3341.4953, 3341.4954, 3341.4955, 3341.4956, 3341.4957, 3341.4958, 3341.4959, 3341.4960, 3341.4961, 3341.4962, 3341.4963, 3341.4964, 3341.4965, 3341.4966, 3341.4967, 3341.4968, 3341.4969, 3341.4970, 3341.4971, 3341.4972, 3341.4973, 3341.4974, 3341.4975, 3341.4976, 3341.4977, 3341.4978, 3341.4979, 3341.4980, 3341.4981, 3341.4982, 3341.4983, 3341.4984, 3341.4985, 3341.4986, 3341.4987, 3341.4988, 3341.4989, 3341.4990, 3341.4991, 3341.4992, 3341.4993, 3341.4994, 3341.4995, 3341.4996, 3341.4997, 3341.4998, 3341.4999, 3341.5000, 3341.5001, 3341.5002, 3341.5003, 3341.5004, 3341.5005, 3341.5006, 3341.5007, 3341.5008, 3341.5009, 3341.5010, 3341.5011, 3341.5012, 3341.5013, 3341.5014, 3341.5015, 3341.5016, 3341.5017, 3341.5018, 3341.5019, 3341.5020, 3341.5021, 3341.5022, 3341.5023, 3341.5024, 3341.5025, 3341.5026, 3341.5027, 3341.5028, 3341.5029, 3341.5030, 3341.5031, 3341.5032, 3341.5033, 3341.5034, 3341.5035, 3341.5036, 3341.5037, 3341.5038, 3341.5039, 3341.5040, 3341.5041, 3341.5042, 3341.5043, 3341.5044, 3341.5045, 3341.5046, 3341.5047, 3341.5048, 3341.5049, 3341.5050, 3341.5051, 3341.5052, 3341.5053, 3341.5054, 3341.5055, 3341.5056, 3341.5057, 3341.5058, 3341.5059, 3341.5060, 3341.5061, 3341.5062, 3341.5063, 3341.5064, 3341.5065, 3341.5066, 3341.5067, 3341.5068, 3341.5069, 3341.5070, 3341.5071, 3341.5072, 3341.5073, 3341.5074, 3341.5075, 3341.5076, 3341.5077, 3341.5078, 3341.5079, 3341.5080, 3341.5081, 3341.5082, 3341.5083, 3341.5084, 3341.5085, 3341.5086, 3341.5087, 3341.5088, 3341.5089, 3341.5090, 3341.5091, 3341.5092, 3341.5093, 3341.5094, 3341.5095, 3341.5096, 3341.5097, 3341.5098, 3341.5099, 3341.5100, 3341.5101, 3341.5102, 3341.5103, 3341.5104, 3341.5105, 3341.5106, 3341.5107, 3341.5108, 3341.5109, 3341.5110, 3341.5111, 3341.5112, 3341.5113, 3341.5114, 3341.5115, 3341.5116, 3341.5117, 3341.5118, 3341.5119, 3341.5120, 3341.5121, 3341.5122, 3341.5123, 3341.5124, 3341.5125, 3341.5126, 3341.5127, 3341.5128, 3341.5129, 3341.5130, 3341.5131, 3341.5132, 3341.5133, 3341.5134, 3341.5135, 3341.5136, 3341.51

Secretaria Municipal de Finanças
 Centro Municipal de Finanças, com localização, sala para visitas e espaço de trabalho para a equipe municipal. Desenvolvimento Sustentável e Turismo.



Grande Hotel
 Centro Administrativo Municipal - Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria de Qualidade de Vida, Fundação de Turismo de Pelotas, Secretaria de Administração e Serviços, Conselho Estadual Nacional de Arqueologia e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, utilizado para eventos e reuniões.



Casa 02
 Centro Cultural, com biblioteca, sala de cinema, sala de exposições e áreas para eventos e reuniões. Desenvolvimento Sustentável e Turismo.



Casa 06
 Centro Cultural com exposições, teatro de rua, bar, oficina de cerâmica, sala de exposições, sala de CBT e DVD, teatro, cozinha, TV e sala de festa.



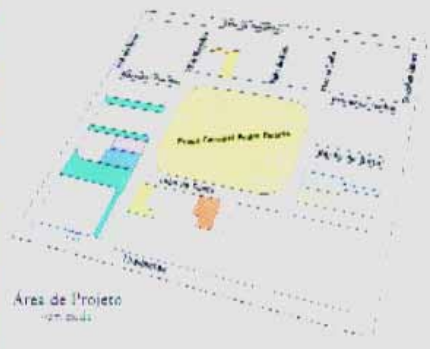
Casa 08
 Comunidade Cultural com (Arquivo de Pelotas, Museu de Pelotas, Sala de Arqueologia, Sala de História, Sala de Arte, Sala de Exposição, Sala de Trabalho e Sala de Festa).



Programa Monumenta
 O Programa Monumenta tem por objetivo a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano do país, incluindo espaços públicos e edificações de forma a garantir sua conservação permanente e a irradiação do seu uso pela população.

Ações a serem empreendidas
 Requalificação dos espaços públicos históricos, restauração e conservação dos monumentos e edifícios históricos, melhoria de tráfego e ampliação das condições de acessibilidade, promoção de atividades culturais e turísticas, capacitação e formação de mão-de-obra.

Objetivos do Programa Monumenta
 Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; Adotar o princípio de sustentabilidade, ou seja, o prédio recuperado deve ter um uso que lhe garanta recursos e permita a manutenção ao longo do tempo.



Área de Projeto
 (em m²)

Aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de intervenção;
 Conscientizar a população de importância e do valor do seu patrimônio;
 Aperfeiçoar a gestão do patrimônio e os critérios para implementação das prioridades de conservação;
 Manter as áreas de intervenção com suas características restauradas e sem a necessidade de recursos federais adicionais para sua conservação.

Fundo de Preservação
 Criado para garantir a sustentabilidade do Programa Monumenta em cada cidade, terá seus recursos financeiros gerados direta ou indiretamente pelo Projeto destinados a cobrir os custos de conservação dos Monumentos Nacionais na área de intervenção e se houver excedente, em outros Monumentos Estaduais e Municipais.



Praça Coronel Pedro Osório
 Centro Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Turismo e Monumenta de Pelotas.

Theatro Sete de Abril
 Fundação de Turismo de Pelotas e Secretaria Municipal de Turismo.

Biblioteca Pública Pelotense
 Biblioteca, Museu e Sala de Trabalho.

Paço Municipal
 Secretaria de Turismo, Secretaria de Turismo, Fundação de Turismo de Pelotas e Sala de Exposição, Biblioteca, Teatro.

Mercado Público Municipal
 Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Turismo e Monumenta de Pelotas.

